



Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Rural: experiências e desafios da política pública no Sudoeste Goiano*

DIVINA APARECIDA LEONEL LUNAS

Universidade Estadual de Goiás

HAMILTON MATOS CARDOSO JÚNIOR

Instituto Federal Mato Grosso

CAMILA VITO SILVA DE LIMA

Companhia Nacional de Abastecimento

RESUMO

Atualmente, as políticas destinadas a promover o desenvolvimento rural passam pela abordagem do Território como elemento importante, entendendo o agricultor como um agente social desse espaço. Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, demarcou, a partir de 2004, inúmeros Territórios Rurais e da Cidadania no Brasil, visando o desenvolvimento social, econômico e cultural da agricultura familiar. Recentemente, a SDT, objetivando fortalecer as estratégias da política do desenvolvimento territorial no campo, implantou, em parceria com as universidades, os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial-NEDETs, que têm como objetivo realizar ações extensionistas, de pesquisa e assessoria nos Territórios Rurais e da Cidadania. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender o papel dos NEDETs como estratégia das políticas federais para o desenvolvimento rural. Destacaremos o processo de implantação do NEDET no Sudoeste Goiano, iniciado em 2015, destacando seus desafios, avanços e perspectivas. Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa básica de caráter exploratório e qualitativo. Para a realização deste estudo foram utilizados os seguintes passos metodológicos: pesquisa bibliográfica (teórica e técnica); análise e tabulação de dados e pesquisa de campo por meio das ações do referido núcleo.

Palavras-chave: Empoderamento. NEDET Sudoeste Goiano. Representatividade. Território.

FAMILY FARMING AND RURAL TERRITORIAL DEVELOPMENT: EXPERIENCES AND CHALLENGES THE PUBLIC POLICY IN THE SOUTHWEST GOIÁS

ABSTRACT

Currently, policies designed to promote rural development through the territory as important element approach, understanding the farmer as a social agent of that space. In this sense, the Ministry of agrarian development (MDA), through the Secretary of Territorial Development (SDT), painted, from 2004, numerous Rural Territories and citizenship in Brazil, aiming at the social, economic and cultural development of family farming. Recently, the SDT, aiming to strengthen the strategies of territorial development policy in the country, implemented in partnership with universities, the nuclei of developing Territorial Extension (NEDETs), which are intended to perform actions, research and extension workers in rural areas and of citizenship. Therefore, this study aims to understand the role of NEDETs as a strategy of federal policies for rural development. Highlight the core deployment process in Territorial Development in Southwest Goiás State, started in 2015, highlighting their challenges, progress and prospects. This work is characterized as a basic research of exploratory and qualitative character. For the realization of this study were used the following methodological steps: Bibliographical Research (theoretical and technical); data tabulation and analysis and field research by means of the actions of the core.

Keywords: Family Agriculture. Territorial Development. NEDET Southwest Goiano.

DESARROLLO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y TERRITORIAL RURAL: EXPERIENCIAS Y RETOS DE POLÍTICA PÚBLICA EN EL SUROESTE DE GOIÁS

RESUMEN

Actualmente, las políticas diseñadas para promover el desarrollo rural a través del territorio como elemento importante, entender el granjero como un agente social de ese espacio. En este sentido, el Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), a través de la Secretaria de Desarrollo Territorial (SDT), pintado, de 2004, numerosos territorios rurales y la ciudadanía en Brasil, teniendo como objetivo el desarrollo social, económico y cultural de la agricultura familiar. Recientemente, SDT, con el objetivo de fortalecer las estrategias de la política de desarrollo territorial en el país, implementado en colaboración con las universidades, los Núcleos de Desarrollo de Extensión Territorial (NEDETs), que pretenden realizar acciones, investigación y extensión de los trabajadores en las zonas rurales y de la ciudadanía. Por lo tanto, este estudio pretende comprender el papel de NEDETs como una estrategia de las políticas federales para el desarrollo rural. Destacar el proceso de implementación del núcleo de Desarrollo Territorial en el Suroeste Goiano, iniciado en el año 2015, destacando sus retos, avances y perspectivas. Este trabajo se caracteriza por ser una investigación básica de carácter exploratorio y cualitativo. Para la realización de este estudio fueron utilizados los siguientes pasos metodológicos: investigación bibliográfica (teórica y técnica); tabulación de datos y análisis y campo de investigación por medio de las acciones de la base.

Palabras clave: Empoderamiento. NEDET Suroeste. Representatividad. Territorio.

1 INTRODUÇÃO

Podemos destacar o universo agrário brasileiro como um espaço extremamente complexo, seja em função da grande diversidade da paisagem (meio físico, ambiente, variáveis econômicas, entres outros fatores), seja em virtude da existência de diferentes tipos de atores sociais (camponês, posseiro, agricultor familiar, dentre outros), os quais têm interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção.

É nesse cenário que se apresentam as questões referentes à agricultura familiar no Brasil. Questões que têm tomado proporções cada vez maiores nas discussões referentes ao campo, principalmente a partir da década de 1990. A agricultura familiar caracteriza-se como um modo de viver de milhares de homens e mulheres, que resistem ao processo excludente da modernização do campo e das políticas governamentais, que colocam o agronegócio no centro de suas ações e contribuem para a solidificação e expansão de uma agricultura de mercado.

Este trabalho tem como objetivo analisar a abordagem do desenvolvimento territorial para a agricultura familiar, apresentando as ações, os desafios e as perspectivas do NEDET do Sudoeste Goiano, apoiado pelo MDA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq.

Nesse sentido, levanta-se a seguinte problemática: quais os desafios, os avanços e as perspectivas a partir da implantação do NEDET no Sudoeste Goiano para o desenvolvimento rural nos municípios integrantes do Território Rural Sudoeste Goiano?

Apesar das mudanças ocorridas no governo brasileiro no ano de 2016 e da extinção do MDA, este trabalho irá sempre retomar esse órgão como o proponente e executor da política discutida no artigo, tendo em vista a importância e necessidade da manutenção de políticas setoriais para a agricultura familiar.

Esta pesquisa apresenta-se como básica de caráter exploratório e qualitativo. Foram utilizados os seguintes passos metodológicos: pesquisa bibliográfica (teórica e técnica); análise e tabulação de dados e pesquisa de campo por meio das ações do referido núcleo.

O trabalho divide-se em seis seções, a contar com esta introdução. Nesse sentido, na segunda seção será apresentada uma reflexão bibliográfica sobre a política do desenvolvimento territorial no Brasil e suas estratégias; na terceira seção destacaremos o Território Rural do Sudoeste Goiano, traçando um panorama sobre os índices socioeconômicos dos municípios que o integram; a quarta seção traz o papel dos NEDETs como estratégia na política do desenvolvimento rural, destacaremos, nesta seção, também o processo de implantação do NEDET do Sudoeste Goiano. Na quinta seção apresentaremos os desafios, as ações e as perspectivas do NEDET no Sudoeste Goiano no período de 2015 e 2016 e, por fim, têm-se as considerações finais com os principais apontamentos conclusivos da pesquisa.

2 OS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Podemos perceber que, a partir dos anos de 1990, há um crescente aumento no interesse pela agricultura familiar no Brasil. Esse interesse pode ser observado em diversas políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, e, sobretudo, na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, além do revigoramento das discussões a respeito da Reforma Agrária. O estabelecimento de políticas destinadas à agricultura familiar e à Reforma Agrária tem satisfeito às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e às pressões dos movimentos sociais do campo.

¹ Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996

Schneider, Cazells e Mattei (2004) esclarecem que, até o início da década de 1990, as políticas e ações para a agricultura familiar no Brasil, com enfoque especial, eram inexistentes. Tal fato evidencia o descaso com esse segmento social da agricultura. Além das reivindicações por uma reforma agrária, integram a agenda dos agricultores familiares as questões relacionadas à assistência produtiva, ao apoio ao escoamento da produção, à habitação e à alimentação.

Entre as ações governamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, podemos destacar como relevante a criação do MDA. No ano de 1989, mudanças estruturais no governo federal transferiram as competências do Ministério Extraordinário da Reforma e do Desenvolvimento Agrário para o Ministério da Agricultura, por meio da medida provisória nº 29 de 15 de janeiro de 1989.

Buscando reconstituir a institucionalidade da questão agrária no Brasil, cria-se, no final da década posterior, o Ministério de Política Agrícola e Desenvolvimento Agrário, no ano de 1999, integrando, dessa forma, as questões referentes à reforma agrária e agricultura familiar em uma estrutura institucional. No ano seguinte, esse ministério passa a ser denominado de MDA, por meio do decreto 3.338 de 14 de janeiro de 2000.

Ressalta-se que como ação fundamental para a criação do MDA a definição, de forma mais ampla, das ações do PRONAF, criado no ano de 1996¹, envolvendo fundos destinados à assistência da agricultura familiar e à reforma agrária.

Essas mudanças evidenciam o reconhecimento, em certa parte, das reivindicações dos produtores do campo, criando, para isto, uma estrutura institucional com competências setoriais, que outrora se encontravam dissolvidas em assuntos de interesse maior, como a agricultura comercial. Do mesmo modo, a destinação de linhas de financiamento reconhece a

importância da agricultura familiar para o abastecimento interno e para a manutenção da segurança alimentar do País.

² Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003.

No ano 2000, como parte da estrutura do MDA, é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável-CNDRS por meio do decreto nº 3.508 de 14 de junho de 2000, visando orientar a concepção de políticas públicas para o setor. Entretanto, esse conselho foi composto primordialmente por representantes do governo, sendo que 14 de seus 21 membros eram funcionários públicos, 6 pertencentes a organizações não governamentais e apenas 1 representante de cooperativas de produtores.

No ano de 2003, a composição e a denominação do conselho se alteram. Suas competências se mantiveram, porém, agora, o conselho englobou em sua composição um maior número de atores sociais do campo. O CNDRS passa a ser denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-CONDRAF². De seus 38 membros, 24 passam a ser representantes de atores sociais do mundo rural, aumentando a diversidade em sua composição e participação.

A criação desses órgãos dá início ao enfoque territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. Considera-se a alteração dos representantes do CONDRAF como fundamental para o exercício da participação social na formulação das políticas para o desenvolvimento rural, colocando o sujeito do campo não apenas como um espectador das ações governamentais, mas como ator na formulação dessas ações e políticas.

Segundo Echeverri (2010, p.87):

em 2003 foi introduzido na concepção da política um movimento de enorme transcendência ao considerar-se que o ambiente produtivo dos agricultores familiares ultrapassa suas condições econômico-produtivas, reconhecendo que o espaço geográfico, ambiente social, político e cultural, assim como as condições da infraestrutura natural e construída que circunda a empresa agrícola familiar, são determinantes para a viabilidade de um modo sustentável de desenvolvimento rural e de agricultura familiar.

Essas mudanças de enfoque também podem ser observadas no decreto de criação da CONDRAF, que estabelece que é necessário:

[...] considerar o território rural como foco do planejamento e da gestão de programas de desenvolvimento rural sustentável, a partir das inter-relações, articulações e complementariedade entre os espaços rurais e urbanos. (BRASIL, 2003).

Tais mudanças significam um movimento importante sobre a visão setorial, uma vez que entende a agricultura familiar e a reforma agrária pelo viés do desenvolvimento territorial integral, englobando não apenas os aspectos econômico-produtivos, mas também o ambiente social, político e cultural nesse processo. Echeverri (2010, p.87) acrescenta que:

essa decisão de passar de um foco centrado nos temas fundiários e de agricultura familiar para uma concepção integral territorial, parte do reconhecimento de que os objetivos do desenvolvimento sustentável ultrapassam a dimensão econômico-produtiva da agricultura familiar e envolvem outras esferas da vida social.

Nesse sentido, visando o desenvolvimento territorial, o então CNDRS, atual CONDRAF, edita a Resolução nº 33 de 18 de agosto de 2003, estabelecendo como prioridade ações para a assistência financeira a projetos de infraestrutura e serviços públicos municipais no apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais, possuindo como intermediário o PRONAF.

Por meio da resolução, podemos perceber como a política setorial passa a entender a esfera regional como potencializadora do desenvolvimento territorial rural. Os recortes regionais abarcam um conjunto de municípios que passam a ser denominados e reconhecidos como um Território Rural ou da Cidadania e são fundamentais para a participação dos agricultores nas políticas públicas.

Esses Territórios são instâncias institucionalizadas e organizadas em torno de um Colegiado Territorial e de Plenárias Territoriais. As deliberações acerca do investimento de recursos de políticas públicas devem ser tomadas por decisão da maioria por meio de votação em plenárias, com a participação de todos os interessados. Algumas políticas só podem ser implantadas via Territórios Rurais como o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Território Rurais-Proinf.

Com o objetivo de dar importância e maior foco ao desenvolvimento territorial, é criada, no ano de 2004, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, vinculada ao MDA. A secretaria nasce com a responsabilidade sobre os aspectos estruturais “[...] da estratégia de desenvolvimento rural e de apoio ao ambiente do desenvolvimento da agricultura familiar” (ECHEVERRI, 2010, p. 88).

Segundo Dantas e Costa (2014, p.830):

os territórios rurais foram criados como uma forma de estratégia para que se possam integrar os espaços rurais visando os aspectos sociais, econômicos e políticos. O objetivo dessa construção é identificar os territórios a partir da composição de identidades regionais. É claro que em alguns estados do Brasil, tais territórios foram ajustados para responder a outras divisões estabelecidas.

Os Territórios Rurais, bem como os da Cidadania, são importantes instâncias destinadas ao planejamento territorial e ao processo do desenvolvimento territorial sustentável. Representam a descentralização das decisões e incentivo à autogestão das políticas públicas. Dantas e Costa (2014, p. 831) ainda nos afirmam que:

os territórios rurais, também chamados de espaços urbanizados ou microrregiões “rurais” são caracterizados a partir de discernimentos demográficos. No caso em questão, são lugares que apresentam uma densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km² e uma

população média por municípios de até 50.000 habitantes. Os territórios rurais são classificados com o critério de uma maior concentração do público favorecido do MDA.

Tais instâncias surgiram como um plano de ação e gestão destinado à diminuição das desigualdades sociais e econômicas no espaço agrário entre as regiões brasileiras. Entretanto, o Estado atua como um ator auxiliar na política do território, transferindo o papel decisório acerca da aplicabilidade dos recursos e de seu controle para os colegiados territoriais que necessitam debater aberta e coletivamente com todos os interessados e diretamente afetados/beneficiados pelos recursos/políticas/planos de ação (ORTEGA, 2015).

Santos (2000) acrescenta alguns pontos no entendimento do conceito de território. Segundo o autor, o território é:

[...] o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi". (SANTOS, 2000. p. 96).

De acordo com as políticas de desenvolvimento territorial, a abordagem necessária acerca de território pode ser explicada por meio de Haesbaert (1997). O autor também busca entender o território a partir das características simbólicas que os sujeitos criam sobre ele. Para o autor:

[...] o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária e, porque não dizer, dependendo do grupo ou classe social a que estivermos nos referindo, afetiva. (HAESBAERT, 1997, p. 41).

Portanto, cada território tem características sociais, culturais e econômicas próprias que lhe conferem identidade e individualidade, sendo nosso foco para entendimento da política de desenvolvimento territorial: seu caráter social. Segundo Araújo (2010, p 37), "cada território tem sua história, abriga pessoas que ali construíram alguma coisa em comum, é o produto de uma construção social". Ainda para a autora citada anteriormente:

[...] território tem o seu meio ambiente, sofreu um determinado processo de ocupação humana, abrigou um conjunto de pessoas. Cada território tem os seus valores, suas manifestações culturais, sua identidade. Portanto, território não é só plataforma de operação dos grandes agentes mundiais, posto que cada um deles tenha vida própria, tem sua história, tem identidade. (p.37).

A noção de território representada acima refere-se à organização espacial, que corresponde às divisões do exercício do poder público. Nesse sentido, de acordo com Bonnal, Cazella e Delgado, "o território é uma unidade de governança pública, suscetível de ser definida por normas jurídicas que precisem seu status legal e sua função dentro da estrutura funcional do Estado" (2012, s.p). Vale lembrar que a ideia de relação de poder aparece, diretamente ou indiretamente, nos ensinamentos de todos os autores mencionados.

Desse modo, os territórios rurais não se resumem apenas ao sentido agrícola e à produção econômica. O território rural também é marcado pelos laços de identidade de determinado grupo de municípios, estabelecidas pelas relações afetivas e de proximidade, pelas impressões culturais e religiosas que marcam e produzem o espaço/paisagem e por grupos sociais e institucionais envolvidos no alcance do desenvolvimento rural sustentável.

Nessas instâncias descentralizadas da política - os Territórios, reconhecemos a necessidade da existência de um planejamento desde o local, algo que ocorra de “baixo para cima”, incentivando a construção dos colegiados territoriais de caráter participativo em consonância com a autogestão dos Territórios. Essas são as principais bases e diretrizes da abordagem territorial implantada no Brasil no início deste século. Echeverri (2010, p. 91) ainda acrescenta que:

Estas diretrizes se resumem em determinadas prioridades que orientam a construção da estrutura geral de implementação, as quais se sintetizam na necessidade de construir órgãos colegiados fortes e com liderança; um sistema e processo de planejamento e gestão participativa e o desenvolvimento de capacidades dos atores sociais e agentes públicos para assumir o novo modelo de gestão. Complementariamente considerou-se como um eixo central, a construção de uma capacidade real para negociar e concertar modelos de articulação das iniciativas sociais, privadas e públicas nos Territórios Rurais.

Os primeiros Territórios Rurais foram definidos no ano de 2003. Os critérios utilizados para homologar esses Territórios foram: indicadores do número de assentamentos da Reforma Agrária; concentração de pequenos produtores e indicadores de desenvolvimento humano (ECHEVERRI, 2010). Nessa ocasião foram selecionados 40 Territórios.

Essa primeira etapa de delimitação dos Territórios pela SDT teve caráter técnico. Nos anos seguintes, o processo de delimitação dos Territórios inclui a articulação dos governos estaduais e dos atores sociais do campo. O critério da identidade passa a integrar as ações de delimitação dos Territórios: os Territórios de Identidade.

A partir dessas experiências, anualmente são delimitados novos Territórios, contribuindo para a ampliação da estratégia colocada em prática pela SDT. Em 2017, o Brasil possui um total de 258 Territórios instituídos pela SDT. Desse total, 123 são Rurais e 135 estão inseridos como da Cidadania. A Região Nordeste é a que mais possui Territórios, com um total de 104, seguida pelas regiões Norte (43), Centro-Oeste (42), Sul (40) e Sudeste (29). No Estado de Goiás, conforme Tabela 1, no ano de 2016 existem 12 Territórios, sendo 8 Rurais e 4 da Cidadania (SDT, 2016).

Tabela 1 – Caracterização demográfica dos Territórios Rurais e da Cidadania implantados em Goiás, 2016

Nome do Território	Número de Municípios	População Total	% População Urbana	% População Rural	Área (Km ²)	Dens. demográfica (hab/Km ²)
Das Águas Emendadas	7	229.269	84,08	15,92	17.093,0	13,41
Chapada dos Veadeiros	8	62.684	67,23	32,77	21.337,7	2,94
Estrada de Ferro	14	136.511	72,99	27,01	11.605,9	11,76
Médio Araguaia	21	166.073	77,32	22,68	36.243,2	4,58
Norte	11	87.518	73,88	26,12	15.751,3	5,56
Parque das Emas	9	175.366	89,14	10,86	30.396,4	5,77
Serra da Mesa	14	170.698	81,06	18,94	24.474,9	6,97
Sudoeste Goiano	12	324.914	90,55	9,45	23.310,7	13,94
Vale do Araguaia	11	104.657	74,40	25,60	32.940,7	3,18
Vale do Paraná	12	107.311	64,51	35,49	17.388,7	6,17
Vale do Rio Vermelho	16	156.355	78,86	21,14	11.977,4	13,05
Vale do São Patrício	14	201.809	84,94	15,06	10.677,1	18,90
∑ Territórios Goianos	149	1.923.165	81,03	18,97	253.197	7,60
Estado de Goiás	246	6.003.788	90,29	9,71	340.103,5	17,65
Brasil	5.565	190.755.799	84,36	15,64	8.502.728,3	22,43

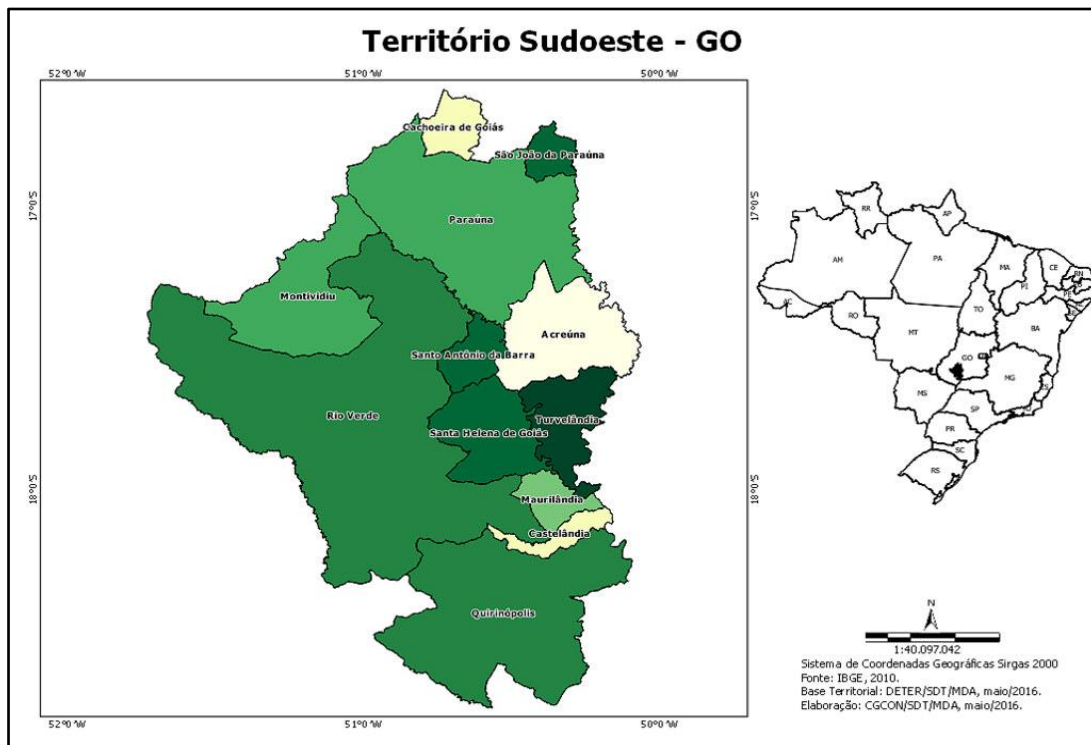
Fonte: IBGE/SIDRA, 2016.

Na próxima seção buscaremos destacar o Território Rural do Sudoeste Goiano, objetivando caracterizar socioeconomicamente os municípios que o integram, tendo como base as informações disponibilizadas por órgãos governamentais para 2010.

3 AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO RURAL SUDOESTE GOIANO

O Território Rural-TR Sudoeste Goiano ocupa, aproximadamente, 7% de todo o espaço geográfico do Estado de Goiás e, em 2010, abrigava aproximadamente 325 mil pessoas. É composto pelos 12 municípios apresentados na Figura 1.

Figura 1. Composição do Território Rural Sudoeste Goiano, 2016



Fonte: SDT (2016).

Dentre os demais Territórios Rurais e da Cidadania goianos, o Território Rural do Sudoeste é o mais urbanizado de todos, com apenas 9,5% de residentes na zona rural. Entretanto, devido ao tamanho de sua área, o TR Sudoeste Goiano está pouco povoado, pois sua densidade demográfica, quase 14 habitantes por quilômetro quadrado, está abaixo dos níveis estadual e nacional, ainda que esse indicador, em alguns de seus municípios, como Santa Helena de Goiás e Maurilândia, seja equivalente ao dobro do número territorial, como podemos observar na Tabela 2.

Em 2010, o contingente populacional do TR Sudoeste Goiano esteve altamente concentrado, com cerca de 79% de seus habitantes residindo em apenas três municípios: Rio Verde, Quirinópolis e Santa Helena de Goiás. Dentre estes, destaca-se Rio Verde, quarto município mais populoso do estado, que concentra mais da metade da população dos 12 municípios em conjunto. Em outro extremo, os municípios de Cachoeira de Goiás e São João da Paraúna figuraram entre aqueles de menor população em Goiás e, também, do TR Sudoeste Goiano.

Tabela 2. População, área e densidade demográfica dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010

Município	População Total	% Pop. Urbana	% Pop. Rural	Área (Km ²)	Densidade demográfica (hab/Km ²)
Acreúna	20.279	87,26	12,74	1.566,0	12,95
Cachoeira de Goiás	1.417	82,64	17,36	422,8	3,35
Castelândia	3.638	91,92	8,08	297,4	12,23
Maurilândia	11.521	96,52	3,48	389,8	29,56
Montividiu	10.572	81,20	18,80	1.874,2	5,64
Paraúna	10.863	73,52	26,48	3.779,4	2,87
Quirinópolis	43.220	88,30	11,70	3.786,7	11,41
Rio Verde	176.424	92,70	7,30	8.379,7	21,05
Santa Helena de Goiás	36.469	95,46	4,54	1.141,3	31,95
Santo Antônio da Barra	4.423	76,24	23,76	451,6	9,79
São João da Paraúna	1.689	75,61	24,39	287,8	5,87
Turvelândia	4.399	71,33	28,67	934,0	4,71
Sudoeste Goiano	324.914	90,55	9,45	23.310,7	13,94
Estado de Goiás	6.003.788	90,29	9,71	340.103,5	17,65
Brasil	190.755.799	84,36	15,64	8.502.728,3	22,43

Fonte: IBGE/SIDRA, 2016.

Em relação à distribuição da população, os municípios do TR Sudoeste Goiano podem ser classificados, em relação ao valor territorial, em alta, média e baixa urbanização. Os municípios com alta urbanização são aqueles cuja taxa de população rural esteve entre 0 e 10%. São eles: Maurilândia, Santa Helena de Goiás, Rio Verde e Castelândia. Em seguida, estão os municípios de Quirinópolis, Acreúna, Cachoeira de Goiás e Montividiu, cujo percentual de população rural situou-se entre 10 e 20% e são tidos como de média urbanização. Por fim, os municípios considerados como de baixa urbanização, em que o percentual de população rural esteve entre 20 e 30%, são: Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna, Paraúna e Turvelândia.

Após a descrição demográfica, torna-se relevante verificar a qualidade de vida dessas populações, bem como o potencial existente para fomentar uma atmosfera de justiça e bem-estar social – uma das finalidades da criação de Territórios. A principal medida para tal análise é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM, que mensura as possibilidades de desenvolvimento de competências levando em consideração o contexto social, econômico, político e ambiental dos indivíduos. Consoante o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, o IDHM é um parâmetro que vai de 0 a 1, cujo valor mais próximo de 1 indica um grau mais elevado de desenvolvimento humano. Está

subdividido em cinco classes: muito baixo (0-0,499); baixo (0,500-0,599); médio (0,600-0,699); alto (0,700-0,799); e muito alto (0,800-1). (PNUD, 2016).

Para obtenção dos valores territoriais, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Ortega e Estrada (2015), que consiste em calcular a média ponderada entre somatório dos indicadores de todos os municípios integrantes do Território, tendo como fator ponderador a população de cada município.

A Tabela 3 aponta os valores do IDHM para os municípios integrantes do TR Sudoeste Goiano em 2010, bem como sua evolução de classes em uma década. Embora em um período anterior à sua criação, os dados indicam que o TR Sudoeste Goiano alcançou IDHM, em 2010, acima dos índices estadual e nacional. A evolução entre as classes destes últimos e também do IDHM territorial entre 2000 e 2010, no entanto, foi idêntica, passando de índices médios para altos.

Tabela 3. IDHM dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2000 e 2010

Município	IDHM 2010	Posição no ranking estadual em 2010	Classificação	
			2000	2010
Acreúna	0,686	159°	Baixo	Médio
Cachoeira de Goiás	0,727	37°	Baixo	Alto
Castelândia	0,701	104°	Baixo	Alto
Maurilândia	0,677	184°	Baixo	Médio
Montividiu	0,733	27°	Baixo	Alto
Paraúna	0,672	191°	Baixo	Médio
Quirinópolis	0,740	19°	Médio	Alto
Rio Verde	0,754	6°	Médio	Alto
Santa Helena de Goiás	0,724	45°	Baixo	Alto
Santo Antônio da Barra	0,691	145°	Baixo	Médio
São João da Paraúna	0,724	45°	Médio	Alto
Turvelândia	0,691	145°	Baixo	Médio
Sudoeste Goiano	0,736	-	Médio	Alto
Estado de Goiás	0,735	-	Médio	Alto
Brasil	0,727	-	Médio	Alto

Fonte: PNUD, 2016.

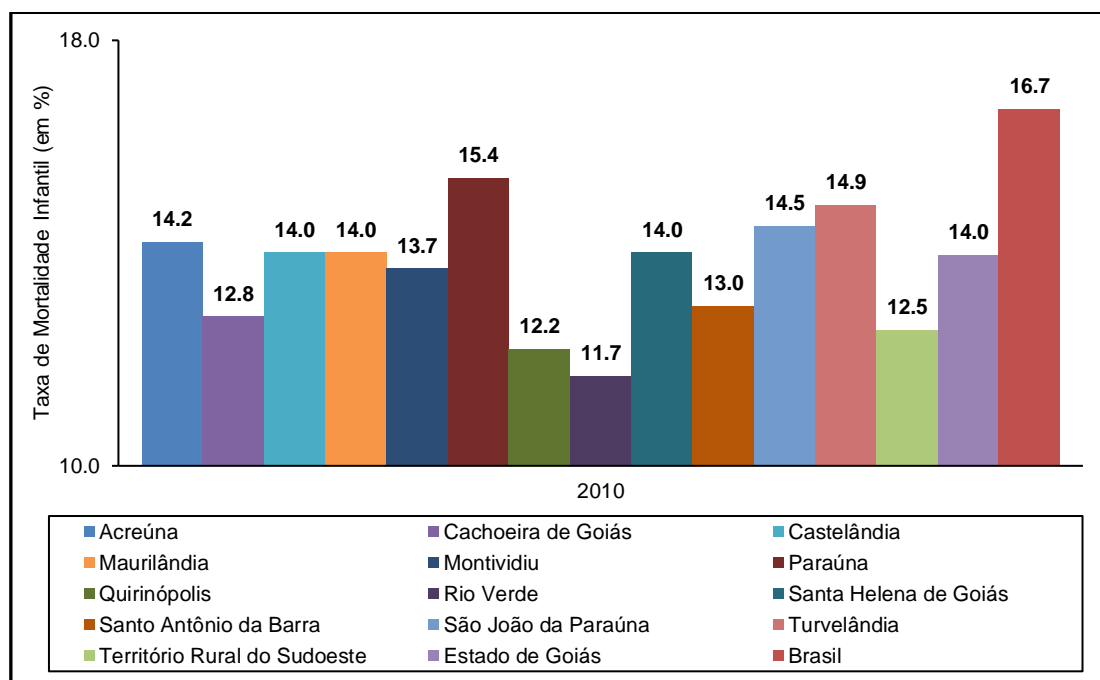
Internamente, todos os municípios que fazem parte do TR Sudoeste Goiano progrediram suas classificações, porém a intensidade da evolução variou entre eles. É nesse contexto que se torna importante destacar as mudanças de índices baixos para altos ocorridas nos municípios de Cachoeira de Goiás, Castelândia, Montividiu e Santa Helena de Goiás entre 2000 e 2010.

Para os valores de 2010, Rio Verde foi o município do TR Sudoeste Goiano com o melhor IDHM, acima dos padrões de Goiás e do País, e, entre os 246 municípios goianos, esteve entre os dez melhores índices. Dentre os cinco piores, estão três municípios com maior proporção de população rural no Território: Santo Antônio da Barra, Turvelândia e Paraúna. Este último com o pior índice do TR Sudoeste Goiano. Os dois restantes são Acreúna e Maurilândia.

O IDHM é composto por três dimensões que analisam a longevidade, a educação e a renda. A longevidade busca identificar se os indivíduos são capazes de desfrutar de uma vida longa e saudável. Dentre os aspectos analisados nessa perspectiva, estão a taxa de mortalidade infantil e o percentual de domicílios com energia elétrica, banheiro e água encanada.

A taxa de mortalidade infantil indica o percentual de crianças que não completarão um ano de idade a cada mil nascimentos de crianças vivas e baseia a análise das condições de salubridade dos municípios. As taxas de mortalidade infantil para os municípios do TR Sudoeste Goiano, em 2010, estão expostas na Figura 2.

Figura 2. Taxa de Mortalidade Infantil dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010 (em %)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do PNUD, 2016.

A taxa de mortalidade infantil territorial esteve inferior aos parâmetros de Goiás e do Brasil, influenciada, sobretudo, pelos baixos índices dos municípios de Rio Verde, Quirinópolis e Cachoeira de Goiás, todos abaixo de 13%. Todos os municípios integrantes do TR Sudoeste Goiano encontraram-se em melhor situação em comparação ao índice brasileiro. Entretanto, quatro deles estão acima do valor estadual, ou seja em situação pior: Acreúna, São João da Paraúna, Turvelândia e Paraúna. Este último possuiu o pior índice entre todos os municípios. Em outro extremo, Rio Verde alcançou o melhor resultado.

O acesso ao conhecimento impacta diretamente as condições de vida de uma sociedade, sendo importante dimensão no cômputo do desenvolvimento humano. O nível educacional será avaliado por meio da taxa de analfabetismo, da expectativa de anos de estudo e do grau de instrução entre as pessoas adultas.

A Tabela 4 demonstra as taxas de analfabetismo entre pessoas com 18 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo dos municípios integrantes do TR Sudoeste Goiano em 2010. De acordo com os dados, o TR Sudoeste Goiano possui percentual de adultos analfabetos superior à taxa estadual e inferior à do Brasil. O mesmo ocorre com a quantidade esperada de anos estudados entre os habitantes do referido Território. Dessa maneira, podemos inferir que o TR Sudoeste Goiano está em nível intermediário no que se refere à educação, o que permite que maior número de políticas públicas educacionais sejam implementadas.

Tabela 4. Taxa de analfabetismo e expectativa de anos de estudo dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010

Município	Taxa de analfabetismo (em %)	Expectativa de anos de estudo
Acreúna	15,57	9,78
Cachoeira de Goiás	15,18	11,50
Castelândia	26,82	8,19
Maurilândia	16,03	8,62
Montividiu	10,13	9,44
Paraúna	12,51	8,56
Quirinópolis	10,51	9,78
Rio Verde	6,84	9,62
Santa Helena de Goiás	13,18	9,51
Santo Antônio da Barra	19,93	9,69
São João da Paraúna	12,75	11,24
Turvelândia	18,42	10,25
Sudoeste Goiano	9,83	9,57
Estado de Goiás	8,46	9,72
Brasil	10,19	9,54

Fonte: PNUD (2016).

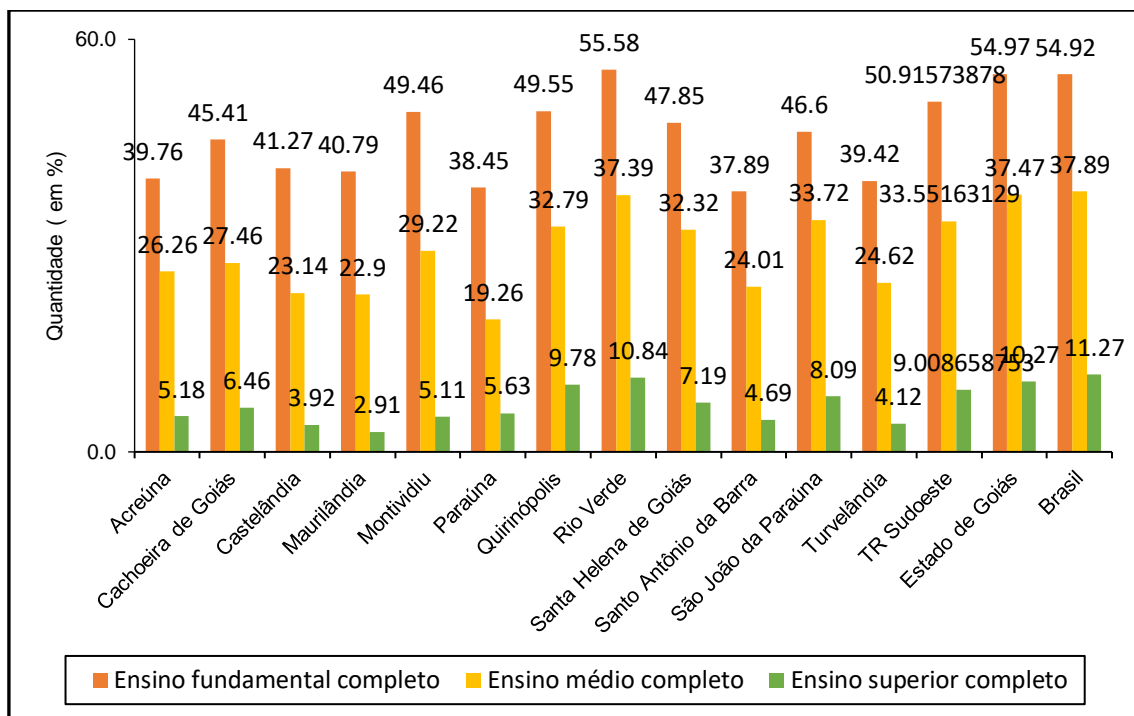
Isoladamente, cerca de 83,3% dos municípios do TR Sudoeste Goiano possuíram taxas de analfabetismo entre pessoas com mais de 18 anos acima do padrão brasileiro, que é de 10,19%, ou seja, apenas os municípios de Rio Verde e Montividiu obtiveram melhores resultados neste quesito. A pior taxa de analfabetismo pertenceu à Castelândia, com taxa quase 3 vezes superior à de Rio Verde, que possuiu o nível mais baixo do Território, cerca de 6,84%.

Sobre a expectativa de anos de estudo, 58,3% dos municípios do TR Sudoeste Goiano estiveram com média de anos acima dos parâmetros territorial, estadual e nacional. Os piores resultados estiveram nos municípios de Castelândia e Paraúna, onde a expectativa é estudar até os últimos anos do ensino fundamental e os

melhores resultados pertenceram a Cachoeira de Goiás e São João da Paraúna, em que a tendência é estudar até os últimos anos do ensino médio.

A Figura 3 expõe o nível de escolaridade entre a população adulta dos municípios que fazem parte do TR Sudoeste Goiano em 2010. Para o ensino fundamental e médio são consideradas as pessoas com mais de 18 anos e para o ensino superior, indivíduos com mais de 25 anos.

Figura 3. Nível de escolaridade entre os adultos dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010 (em %)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do PNUD, 2016.

Os percentuais de nível de escolaridade do TR Sudoeste Goiano estiveram abaixo dos padrões de Goiás e do Brasil para as três etapas de ensino analisadas. As maiores diferenças estão nos ensinos fundamental e médio, que se aproximam de quatro pontos percentuais. As disparidades somente não foram mais acentuadas devido aos resultados do Município de Rio Verde, que apresentou indicadores próximos ou até maiores que os estaduais e nacionais.

Os menores percentuais de nível de escolaridade para a população adulta foram atribuídos a municípios distintos em cada etapa de ensino analisada: para o ensino fundamental, a pior participação esteve com Santo Antônio da Barra; para o ensino médio, o pior resultado foi de Paraúna; por fim, para o ensino superior, Maurilândia obteve o pior desempenho.

A educação reflete no padrão de vida dos indivíduos pelo do rendimento que podem alcançar. Nesse sentido, serão avaliados, na terceira dimensão do cômputo do Desenvolvimento Humano, o Índice de Gini, os percentuais de pobreza e extrema pobreza, a renda *per capita* e o percentual de renda obtido do trabalho dos municípios que integram o TR Sudoeste Goiano, conforme a Tabela 5.

Em 2010, a renda média *per capita* do TR Sudoeste Goiano esteve superior aos valores médios para o Estado de Goiás e para o Brasil. Contudo, ao serem

verificados os valores municipais isoladamente, percebe-se grande variabilidade entre os municípios e, ainda, que os habitantes de apenas um deles possuíam renda média *per capita* acima do valor territorial: Rio Verde, cujas diferença chegou a 18% se comparado à renda média brasileira.

Tabela 5. Dados sobre renda, desigualdade e pobreza nos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010

Município	Renda média <i>per capita</i>	% da renda proveniente do trabalho	Índice de Gini	% Pobres	% Extremamente pobres
Acreúna	664,09	85,21	0,53	8,08	3,51
Cachoeira de Goiás	549,16	71,77	0,47	9,82	3,18
Castelândia	724,42	64,12	0,58	9,73	3,04
Maurilândia	557,51	85,32	0,42	5,55	0,99
Montividiu	791,60	90,92	0,49	4,24	1,34
Paraúna	575,52	85,96	0,46	7,18	3,12
Quirinópolis	761,68	83,83	0,46	3,45	1,03
Rio Verde	936,75	86,75	0,54	4,43	1,15
Santa Helena de Goiás	769,09	83,76	0,53	5,17	1,60
Santo Antônio da Barra	502,83	83,53	0,42	10,73	4,63
São João da Paraúna	619,67	81,82	0,49	12,78	2,95
Turvelândia	519,75	85,60	0,45	9,11	4,30
Território Rural do Sudoeste	830,11	85,58	0,52	5,01	1,53
Estado de Goiás	810,97	80,10	0,55	7,59	2,32
Brasil	793,87	74,32	0,60	15,20	6,62

Fonte: PNUD (2016).

O Índice de Gini visa medir o grau de desigualdade de certo local por meio da renda *per capita* de todos os seus habitantes. Assim como o IDHM, seu parâmetro segue valores de 0 a 1, cujo valor mais próximo de zero traduz-se em menor desigualdade. (IPEADATA, 2016)

O Índice de Gini territorial demonstrou que, em 2010, a desigualdade econômica no TR Sudoeste Goiano era inferior aos índices do Estado de Goiás e do País, mesmo que a renda média *per capita* estivesse concentrada em um único município, como visto anteriormente. Entre os municípios que o integram, os valores individuais tendem à homogeneidade, contudo, um terço deles possuíam valores ainda menores do que o índice territorial. Os municípios com maior grau de desigualdade foram: Castelândia, Rio Verde, Acreúna e Santa Helena de Goiás, mas, ainda assim, seus valores ficaram abaixo dos índices estadual e nacional.

A proporção de pobres e extremamente pobres nos municípios do TR Sudoeste Goiano em 2010 também aparece na Tabela 06. Por meio dos números

informados, demonstra-se que a proporção de pobres a nível territorial foi 34% e 67% menor que os percentuais de Goiás e do Brasil, respectivamente. No entanto, quando se analisam os desempenhos municipais, existiram discrepâncias, pois as proporções variam de 3,45% para Quirinópolis – município que obteve o menor quantitativo – a 12,78% para São João da Paraúna, cujo percentual foi o maior para todos os municípios.

Entre os extremamente pobres, o cenário se repete: a proporção territorial é menor do que os valores estadual e nacional, com diferenças expressivas entre eles e com variações internas entre os municípios que compõem o TR Sudoeste Goiano. Maurilândia obteve o menor valor na proporção de pessoas extremamente pobres e, contrariamente, Santo Antônio da Barra alcançou o maior percentual.

É interessante ressaltar que a análise conjunta dos indicadores revelou os municípios de Quirinópolis e Montividiu como aqueles com maior equidade do TR Sudoeste Goiano, com rendas médias *per capita* próximas ao padrão brasileiro, baixos percentuais de pobreza e menores níveis de desigualdade.

O percentual da renda que provém do trabalho no TR Sudoeste Goiano para o ano de 2010 esteve acima das participações estadual e nacional: apenas 15% dos rendimentos da população do referido TR não foram pagos por meio do trabalho, seja ele formal ou não. O valor territorial, no entanto, não reflete a realidade dos municípios, pois apenas em quatro deles houve superação desse percentual: Montividiu, Paraúna, Rio Verde e Turvelândia. O município com menor valor percentual de renda proveniente do trabalho foi Castelândia, em que cerca de 36% dos rendimentos recebidos pelos indivíduos provém de outras fontes como, por exemplo, de políticas públicas como o Programa Bolsa Família-PBF.

A Tabela 6 mostra o acesso, no ano de 2010, ao PBF pelos municípios integrantes do TR Sudoeste Goiano. Do valor total repassado pelo governo federal ao Estado de Goiás, esse Território recebeu cerca de 4% objetivando atender a 14% da população de seus municípios, sendo o Município de Rio Verde o maior receptor de recursos por possuir o maior número de famílias beneficiadas. O valor médio recebido pelas famílias do TR Sudoeste Goiano foi inferior aos valores estaduais e nacionais. Porém, isoladamente, dois terços das famílias nos municípios receberam valores superiores ao territorial. O contrário ocorreu apenas em Santa Helena de Goiás, Rio Verde e Paraúna. O maior valor médio por família mais elevado pertenceu ao Município de Maurilândia.

O percentual da população beneficiada pelo PBF foi estimado multiplicando-se a quantidade de famílias pela média de moradores por domicílio em 2010, e, após, foi dividido o resultado pela população total de cada município. Neste item, o percentual territorial demonstra que uma parcela proporcionalmente menor da população foi atendida pelo PBF em relação aos percentuais estadual e nacional. Entretanto, tal valor não espelhou a realidade isolada dos municípios, pois apenas Rio Verde atendeu parte da população em proporção menor do que a participação territorial. Em contrapartida, sete municípios detiveram mais de 20% de sua população como beneficiária do referido programa, com o maior percentual em Santo Antônio da Barra.

Tabela 6. Dados sobre o Programa Bolsa Família nos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010

Município	Quant. de famílias beneficiadas	Média de moradores por domicílio	População beneficiada pelo PBF (em %)	Valor repassado (em R\$)	Valor médio por família (em R\$)
Acreúna	1.397	3,11	21,42	1.451.457	1.038,98
Cachoeira de Goiás	104	2,87	21,06	112.302	1.079,83
Castelândia	352	3,01	29,12	411.981	1.170,40
Maurilândia	866	3,21	24,13	1.031.664	1.191,30
Montividiu	579	3,19	17,47	669.044	1.155,52
Paraúna	657	3,05	18,45	578.983	881,25
Quirinópolis	2.350	3,02	16,42	2.533.656	1.078,15
Rio Verde	5.217	3,17	9,37	4.085.262	783,07
Santa Helena de Goiás	2.185	3,05	18,27	1.695.581	776,01
Santo Antônio da Barra	463	3,08	32,24	498.312	1.076,27
São João da Paraúna	140	2,77	22,96	131.818	941,56
Turvelândia	321	3,18	23,20	336.348	1.047,81
Sudoeste Goiano	14.631	3,12	14,07	13.536.408	925,19
Estado de Goiás	326.084	3,16	17,16	333.388.973	1.022,40
Brasil	12.778.220	3,31	22,17	14.372.702.865	1.124,78

Fonte: BRASIL/MDS, 2016. IBGE/SIDRA, 2016.

Estabelecendo-se um comparativo superficial entre o elevado percentual da população beneficiária do PBF e o reduzido percentual de renda proveniente do trabalho, é possível inferir que alguns municípios do TR Sudoeste Goiano possuem baixo dinamismo econômico, como parece ser o caso de Castelândia e Cachoeira de Goiás. Nesse sentido, Ortega e Jesus (2015) afirmam que a “elevada transferência de renda e a baixa participação do trabalho reforçam a necessidade de ações que dinamizem essas economias” (ORTEGA; ESTRADA, 2015, p. 300).

O Produto Interno Bruto-PIB e o Valor Agregado Bruto-VAB da produção são algumas das medidas para compreensão do dinamismo da economia. Apesar de 50% dos municípios terem sua economia baseada na agropecuária, em 2010 a economia do TR Sudoeste Goiano foi sustentada, em sua maior parte, pelo setor terciário, ou seja, pela comercialização de bens e pela prestação de serviços, seguindo os parâmetros de Goiás e do Brasil. Na mesma trajetória, estão os municípios de Castelândia, Rio Verde, Acreúna, Santa Helena de Goiás e Quirinópolis. A indústria foi predominante apenas no município de Turvelândia. Os municípios de Paraúna, Montividiu, São João da Paraúna, Santo Antônio da Barra, Maurilândia e Cachoeira de Goiás tiveram como pilar da economia o setor agropecuário.

O PIB do TR Sudoeste Goiano foi responsável por quase 7% do PIB de Goiás no ano de 2010 e somente o município de Rio Verde foi responsável por cerca de 61% de toda a riqueza gerada no Território, como pode ser observado na Tabela 7. O menor PIB pertenceu ao Município de Cachoeira de Goiás.

A proporção do PIB gerado no TR Sudoeste Goiano foi superior à proporção da população goiana que nele reside, o que demonstrou que o Território é capaz de gerar riqueza excedente ao estado e possui dinamização econômica. Contudo, internamente, o mesmo não ocorre em alguns municípios, como Acreúna, Maurilândia, Santa Helena de Goiás e Turvelândia, necessitando, portanto, da indução governamental para fomentar o desenvolvimento econômico e humano.

Tabela 7. Comportamento do PIB a preços correntes dos municípios pertencentes ao Território Rural Sudoeste Goiano (GO), 2010

Município	PIB (em mil reais)	População em relação ao estado (em%)	PIB em relação ao estado (em %)
Acreúna	269.577	0,34	0,28
Cachoeira de Goiás	18.478	0,02	0,02
Castelândia	59.867	0,06	0,06
Maurilândia	99.221	0,19	0,10
Montividiu	335.728	0,18	0,34
Paraúna	279.828	0,18	0,29
Quirinópolis	772.334	0,72	0,79
Rio Verde	4.160.896	2,94	4,26
Santa Helena de Goiás	537.908	0,61	0,55
Santo Antônio da Barra	72.834	0,07	0,07
São João da Paraúna	24.770	0,03	0,03
Turvelândia	193.638	0,07	0,20
Território Rural do Sudoeste	6.825.079	5,41	6,99
Estado de Goiás	97.575.930	-	-
Brasil	3.770.084.872	-	-

Fonte: IBGE/SIDRA, 2016.

Diante da caracterização socioeconômica do Territorial Rural do Sudoeste Goiano, a próxima seção abordará a intervenção estatal por meio dos NEDETs nesse território, observando o contexto de sua criação e seu processo de consolidação.

4 O PAPEL DOS NÚCLEOS DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL-NEDETS E A IMPLANTAÇÃO DO NEDET DO SUDOESTE GOIANO

Como podemos perceber até o momento, a dimensão do Território Rural vai além de sua delimitação e atributos físicos. Tal base caracteriza-se, principalmente, pela existência de um tecido social que é resultado de complexas relações históricas, políticas e econômicas. Tais relações influenciam na construção de uma identidade territorial que ao mesmo tempo em que é coesa, é diversa. Segundo o MDA (2003):

A exploração desta nova dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. Estamos

falando da construção de um novo sujeito coletivo de desenvolvimento, que representa a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região. (MDA, 2003, p. 4)

Com esse objetivo, ações foram tomadas por parte da SDT para a articulação das políticas de desenvolvimento territorial rural com os interesses locais. Inicialmente foram contratadas instituições não governamentais para prestar assessoria aos colegiados territoriais na condução e implantação das políticas públicas e consolidação da representatividade dos sujeitos locais.

Recentemente, a concretização da abordagem territorial para o desenvolvimento rural teve a inserção das instituições públicas de ensino superior como parceiras da SDT nesse processo. Segundo a SDT (2015), as universidades públicas estão presentes em 218 Territórios Rurais e em 108 Territórios da Cidadania.

Até o ano de 2012, haviam sido identificados pela SDT 164 grupos de pesquisa que tratavam do desenvolvimento territorial em 81 universidades públicas presentes nas 27 unidades da federação (SDT, 2015). Nesse sentido, reconhecendo a importância da discussão acadêmica, a SDT procurou incluir as instituições públicas de ensino superior por meio da criação dos NEDETS.

O Projeto dos Núcleos iniciou-se no ano de 2013 e foi constituído por duas etapas:

- 1) Projeto-piloto 2013 – universidades com renomado conhecimento no desenvolvimento territorial foram convidadas a implantar os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Nessa primeira etapa foram implantados 56 Núcleos por 10 universidades em 8 estados brasileiros;
- 2) Chamada Pública 2014 – realização de parcerias com as universidades públicas para a implantação de Núcleos nos Territórios restantes por meio de edital e seleção de propostas apresentadas à SDT.

A ação de parceria com as universidades é financiada pelo MDA em conjunto com o CNPq. Segundo a SDT (2015) os Núcleos têm como objetivo geral:

contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e da articulação das políticas públicas integrantes da matriz do Programa Territórios da Cidadania, por meio da articulação institucional e operacional de Universidades Públicas Federais e Estaduais, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, das instâncias de gestão social dos Territórios Rurais e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. (SDT, 2015).

Além da parceria com o CNPq, também participam do projeto a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, ambas integrantes da estrutura do MDA. Segundo a SDT (2015), no ano de 2016 foram apoiados 239 territórios rurais, divididos entre 119 Territórios Rurais e 120 Territórios da Cidadania, abrangendo 3.568 municípios (64,3% do total do País), englobando mais de 76 milhões de habitantes. A duração dos projetos é de 24 meses, tendo iniciado alguns em 2014 e outros em 2015.

Os projetos são propostos e coordenados por professores das universidades. Dentro da estrutura dos Núcleos, além do coordenador, estão os Assessores Territoriais de Gestão Social-ATGS e os Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva-ATIP.

Os ATGS têm como atribuições o assessoramento das seções de trabalho dos colegiados territoriais em apoio a sua gestão social. Já o ATIPs tem como atribuições articular ações de inclusão produtiva dos produtores dos Territórios por meio da assistência técnica e apoio à agenda de trabalho do Colegiado Territorial e elaboração de projetos a serem submetidos aos programas federais.

Além do objetivo geral, apresentado anteriormente, os NEDETs possuem como objetivos específicos: assessorar os Colegiados Territoriais; apoiar as atividades definidas na agenda dos Territórios; difundir métodos e tecnologias voltadas à gestão social da política territorial; produzir dados, informações e conhecimentos por meio de pesquisas; assessorar e articular a participação das mulheres, jovens, comunidades tradicionais e outros grupos sociais nos Colegiados Territoriais e apoiar a consolidação dos Territórios Rurais e da Cidadania (SDT, 2015).

Tendo em vista que a integração entre o desenvolvimento rural e a abordagem territorial tem sido objeto das políticas públicas do MDA, entende-se que a alavancagem das ações destinadas ao campo necessita da integração entre as universidades e a comunidade.

O Estado de Goiás, assim como o restante do Brasil, é caracterizado pelo modelo econômico que visa ao desenvolvimento de uma agricultura de mercado. As ações são prioritárias para os complexos agroindustriais, com o objetivo de produzir *commodities* para a geração de divisas e equilíbrio da balança comercial. Portanto, uma agricultura voltada ao mercado externo. Nesse contexto, a agricultura familiar é colocada à margem desse processo desenvolvimentista.

Portanto, a promoção de ações de extensão e pesquisa com foco na implementação e apoio aos núcleos de desenvolvimento territorial visa à diminuição das desigualdades e exclusões recorrentes do modelo de crescimento econômico do Estado de Goiás e mesmo do País. Em atendimento ao edital de chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014, foi proposto o projeto “Implantação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial em Goiás – Território Rural Sudoeste Goiano” sendo este aprovado pelo CNPq, com duração de 24 meses (2015/2016), possuindo como entidade proponente e executora a Universidade Estadual de Goiás – UEG.

O projeto de extensão tem como objetivo geral: desenvolver, implementar e manter ações extensionistas e de pesquisa no Núcleo Territorial Rural do Sudoeste Goiano por meio das ações integradas a serem definidas no âmbito da política do MDA para a capacitação e a gestão social; consolidação das políticas públicas de desenvolvimento rural; e, também, pela inclusão produtiva nos territórios definidos no projeto.

O Território Rural foi definido por possuir unidades universitárias da Universidade Estadual de Goiás e do Instituto Federal Goiano, essenciais no apoio ao desenvolvimento de ações de extensão, o que permitiu uma atuação direta em seus municípios.

Pretendeu-se criar e desenvolver atividades que contribuam para o mapeamento e avaliação das políticas implementadas neste território e para a capacitação e qualificação dos agentes para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. O projeto teve início no primeiro semestre de 2015 com a definição algumas ações, ressaltando os desafios nelas presentes.

Tendo como base o exposto até o momento, na próxima seção apresentaremos os desafios apreendidos durante o processo de implantação do

NEDET do Sudoeste Goiano (conflitos, dificuldades de mobilização, inclusão social e produtiva) e demonstrar os avanços já alcançados de acordo com os agentes envolvidos neste núcleo e os representantes do público-alvo específico.

5 DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS NAS AÇÕES DO NEDET NO TERRITÓRIO RURAL DO SUDOESTE GOIANO

O NEDET do Sudoeste Goiano tem realizado suas ações desde o primeiro semestre de 2015, a partir do mês de março. É a primeira vez que esse Território recebe assessoria por parte de universidades e do governo federal.

Nesse sentido, sendo o Território Rural um espaço de poder descentralizado e de fortificação do poder local, podemos perceber dificuldades na articulação com os atores diretamente envolvidos. Inicialmente, foi realizada uma análise da situação do Território pelos integrantes do NEDET do Sudoeste Goiano. Foram encontrados os seguintes problemas com relação à organização desse Território: resistência por parte do poder público; aversão ao molde coletivo de gestão; falta de credibilidade por parte dos produtores rurais quanto às políticas públicas; problemas de articulação e mobilização social; dificuldades quanto à logística das reuniões (envolvendo deslocamento e alimentação), bem como problemas de ordem financeira no apoio ao Território.

Portanto, o principal desafio encontrado, inicialmente, pelo NEDET do Sudoeste Goiano, diz respeito à reestruturação da representatividade no colegiado territorial. Grande parte dos representantes que ocupam as cadeiras do colegiado era pertencente ao poder público (prefeituras e câmaras municipais). O contexto posto era de uma enorme ausência de representantes da sociedade civil, dos agricultores, das associações e sindicatos, das mulheres e, ainda, de grupos específicos, como os jovens.

Esse contexto não permitiria a operacionalização da política, bem como efetivação da participação já que “os movimentos sociais em geral têm resistência em se aproximar do poder público para discutir o território e a gestão compartilhada das infraestruturas” (FLORISBELO, 2005, p. 81).

Nessa mesma esteira, muitos municípios participantes do território não possuíam representantes no colegiado e no núcleo diretivo, apresentando tal fato um desafio ao NEDET Sudoeste Goiano. Tal fato enseja em dificuldades de governança no Território, tendo em vista que a participação coletiva paritária é de suma importância no processo das discussões quanto à aplicação dos recursos públicos federais no âmbito da política ministerial.

Outro desafio presente diz respeito ao estímulo da sociedade civil e dos agricultores a participarem das reuniões e das discussões referentes à agricultura familiar, tendo em vista que tais atores sociais encontravam-se desmotivados com as políticas públicas e da discussão coletiva, estabelecendo a necessidade de resultados concretos.

Apesar da grande produção agroindustrial da região, em visitas aos municípios, constatamos um enorme potencial para a produção familiar no Território. Entretanto, a falta de articulação territorial entre os agricultores familiares e os mercados consumidores, a organização produtiva dessas propriedades e a ausência de assistência técnica apresentam-se como empecilhos para a inclusão produtiva no Território. Assim, os pequenos agricultores da região, constituídos principalmente de assentados, acabam arrendando suas terras para terceiros.

Identificadas as dificuldades, o NEDET do Sudoeste Goiano desenvolveu suas ações com base em três eixos norteadores: inclusão produtiva; fortalecimento do poder local e representatividade³.

- Inclusão Produtiva

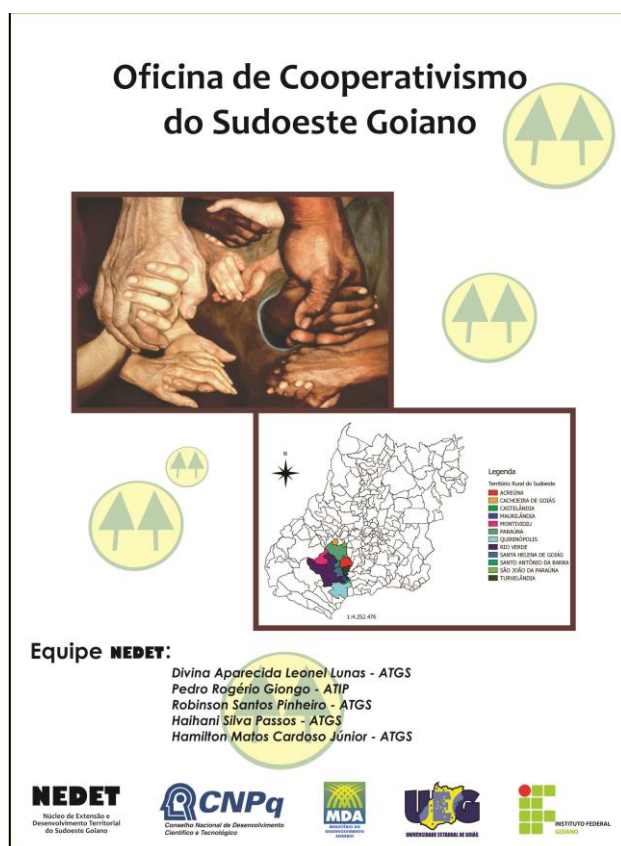
Não há um único consenso para o significado do termo “inclusão produtiva”. Todavia, há uma segurança em defini-lo como um conjunto de planos, políticas e ações desenvolvidas com o objetivo de propiciar acesso das populações brasileiras a oportunidades de renda e ocupação. No campo, a inclusão produtiva, apesar de falha em certos pontos, é amparada por diversas políticas setoriais destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Foram traçados alguns objetivos para as atividades desenvolvidas no âmbito desse eixo. Foi objetivo central priorizar o tratamento prioritário às potencialidades do território, buscando incentivar o reconhecimento da perspectiva do desenvolvimento endógeno. Assim sendo, foram realizadas algumas ações.

Inicialmente, foi desenvolvida a “Oficina de Cooperativismo do Território Rural do Sudoeste Goiano”, conforme a Figura 4, ministrada nos municípios de Cachoeira de Goiás e São João da Paraúna, em que também estiveram presentes agricultores dos municípios de Acreúna, Montividiu, Paraúna e Santo Antônio da Barra; e, Paraúna e Turvelândia, onde estiveram presentes agricultores destes municípios e também de Rio Verde, Santa Helena, Maurilândia, Castelândia e Quirinópolis. As oficinas foram ministradas aos sábados, no decorrer dos meses de setembro e outubro de 2015.

³ Ressaltamos que as ações implementadas sempre foram debatidas com os atores diretamente e indiretamente envolvidos por meio do Colegiado do Território.

Figura 4. Capa da Apostilha da “Oficina de Cooperativismo do Território Rural do Sudoeste Goiano”



Fonte: NEDET Sudoeste Goiano, 2015.

Pontos importantes e novas necessidades surgiram nas reuniões das oficinas, dentre elas: a criação de uma fábrica de ração⁴, o apoio e assessoramento técnico para a construção e manuseio de tanques para a criação de peixes, criação de associações para dar maior estabilidade à produção dos agricultores e o assessoramento⁵ para viabilizar a retirada de documentos para os produtores familiares, como a Declaração de Aptidão do PRONAF-DAP, viabilizando a venda de seus produtos, sua inserção em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, e o acesso a créditos governamentais, como o PRONAF.

Um ponto que chamou a atenção nas falas dos agricultores familiares visitados no Território Rural do Sudoeste Goiano foi a necessidade de assistência técnica, tendo em vista que a maior parte das prefeituras do Território não disponibilizam profissionais destinados a acompanhar esses pequenos agricultores em suas produções.

⁴ O projeto da fábrica de ração foi elaborado e submetido ao edital da Fundação do Banco do Brasil de 2016, sendo destinado para o Município de São João da Paraúna.

⁵ Com o objetivo de disponibilizar e suprir a falta de informações sobre programas como o PAA, PNAE e sobre a retirada de documentação, como a DAP, o NEDET Sudoeste Goiano está elaborando um manual objetivo e claro sobre esses programas, que será distribuído aos agricultores familiares.

O Território Rural do Sudoeste Goiano possui ainda uma realidade particular quando comparado com outros Territórios em Goiás. Até o momento não foi investido nenhum recurso com relação à política do PROINF nesse Território. Essa realidade pode ser explicada devido ao fato de ser um Território considerado novo e por agregar um conjunto de municípios que possuem grande participação na produção de monoculturas em Goiás (cana-de-açúcar; soja e milho) voltadas para abastecer as agroindústrias no estado e ao mercado externo.

Tendo em vista essa realidade, o NEDET do Sudoeste Goiano elaborou alguns projetos, em parceria com a comunidade do Território, para serem submetidos a esse programa. O objetivo principal dos projetos é a comercialização, o armazenamento, a logística e o abastecimento de produtos da agricultura familiar. Foi elaborado um projeto técnico para a aquisição de veículos para apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar do Território, submetido de acordo com as diretrizes do edital PROINF 2015, bem como outros projetos com base nas necessidades dos produtores para serem submetidos a futuros editais do PROINF, PROINF Mulher e da Fundação do Banco do Brasil.

Outras iniciativas também foram tomadas visando à inclusão produtiva como: apoio à formação de cooperativas e reativação de associações; oferecimento de cursos destinados à capacitação para elaboração de projetos técnicos; palestras em parceria com órgãos estaduais visando o acesso a políticas públicas como o PAA e PNAE; criação de tanques de teste conduzidos por professores especializados destinados ao assessoramento e qualificação dos produtores para a prática da piscicultura.

- Fortalecimento do Poder Local

Como dito anteriormente, incentivar a participação da comunidade local esteve entre os principais desafios encontrados pelo NEDET do Sudoeste Goiano. A sociedade do Território do Sudoeste Goiano, assim como qualquer outra, apresenta-se extremamente heterogênea e permeada de conflitos de interesses, bem como de disparidades econômicas e sociais. Sendo assim, a gestão social por parte do NEDET teve como objetivo potencializar e estimular a cidadania dos atores sociais nos espaços de discussões e decisões.

As ações tanto dos ATGS quanto dos ATIP estiveram pautadas no diálogo com a comunidade tendo em vista a necessidade de dar nova credibilidade à política pública por meio da mobilização, negociação e organização territorial criando e assessorando, para isso, ambientes favoráveis a discussão do desenvolvimento no campo. Segundo o MDA (2005, p.11):

a ideia de gestão social pressupõe a existência de atores sociais e de gestores públicos capazes de levar adiante as estratégias de concentração dos agentes públicos e privados em torno de um projeto comum de futuro baseado na promoção dos trunfos de um território e na eliminação das barreiras e constrangimentos a que esse futuro se concretize. No entanto, as competências e habilidades demandadas por essa função nem sempre são dadas. Por isso, é preciso que o empoderamento dos atores e instituições seja uma preocupação presente.

Objetivando o fortalecimento local, dentre outras ações já desenvolvidas pelo NEDET Sudoeste Goiano, podemos destacar: a participação nas reuniões dos núcleos diretivos do território, bem como das plenárias, conhecendo e tomando nota dos desafios do território e possíveis ações que os possa suprir; visita a prefeituras, sindicatos e associações rurais dos municípios da região, em busca de reestruturar o colegiado territorial e reorganizar os representantes do poder público, da sociedade civil e grupos específicos⁶ nas discussões das plenárias territoriais; estabelecimento de diálogo por meio de visitas de campo e reuniões com os produtores rurais, ressaltando a importância da participação social.

As ações sempre foram realizadas por meio de trabalho de campo e participação nos espaços coletivos⁷. Os principais pontos debatidos giram em torno da sensibilização para o fortalecimento da participação da implementação da política pública, pensando sua gestão por meio da prática social, da participação e governança como meios indispensáveis para o empoderamento do homem/mulher do campo resultando na aproximação entre as instituições governamentais e a sociedade. Buscamos, de forma complementar, a divulgação da política territorial por meio de *banners* e *folders* explicativos.

- Representatividade

Em torno do último eixo destacado, a representatividade, buscamos a inclusão de dois importantes grupos até então distantes das discussões que se davam no Território: as mulheres e os jovens.

Consideramos que a participação do gênero feminino nas discussões relacionadas ao campo deve ser efetiva e concreta, em que as mulheres possam se integrar às discussões e movimentos não apenas como companheiras de seus esposos, mas que seja encorajado o espírito de liderança e a representatividade nos espaço das discussões e tomada de decisões.

Nesse sentido, o NEDET do Território Rural Sudoeste Goiano realizou algumas ações destinadas à integração da mulher rural no âmbito do desenvolvimento territorial. Como primeira ação, foi criada a Comitê Temático das Mulheres no dia 22 de novembro de 2015, em plenária realizada durante a II Conferência Nacional da ATER no Município de Quirinópolis/Goiás.

⁶ Ressaltamos que não foram realizadas ações junto a comunidades tradicionais devido a ausências desses grupos no Território, focando-se, dessa forma, nos assentados rurais, mulheres e jovens.

⁷ É importante ressaltar que os custos de deslocamento com as reuniões das plenárias e do núcleo diretivo são custeadas com recursos do NEDET do Sudoeste Goiano.

O Comitê tem como objetivo a integração da mulher rural, destinando espaços com reuniões e discussões que possam promover a socialização de problemas comuns, despertar da importância da representatividade feminina para o desenvolvimento da agricultura familiar, inclusão produtiva com a valorização e apoio da NEDET do Sudoeste Goiano a iniciativas produtivas e de comercialização já em operação no território rural, bem como incentivar a participação do gênero nas plenárias com o intuito de que possam participar das decisões relacionadas à aplicação de recursos públicos de programas governamentais no território.

Visando à inclusão produtiva da mulher no campo, o NEDET do Território Rural do Sudoeste Goiano assessorou na elaboração de um projeto destinado à estruturação da feira do Assentamento Ponte de Pedra, Município de Paraúna. Na plenária de discussão sobre as ações, foi decidido o projeto que seria submetido ao edital do PROINF Mulher 2016 pelo Município de Santo Antônio da Barra.

Outra ação foi realizada no dia 02 de abril de 2016 a “I Conferência Territorial da Mulher do Sudoeste Goiano” (Figura 5). O evento teve como objetivo realizar um encontro entre as mulheres do Território Rural do Sudoeste Goiano para a troca de experiências, divulgação dos produtos produzidos pelas mulheres do território (alimentos, hortaliças, artesanatos, dentre outros), realização de rodas de conversa com temas pré-determinados e a promoção de momentos de bem-estar para a mulher do campo.

Figura 5. Folder de Divulgação da I Conferência Territorial da Mulher do Sudoeste Goiano, 2016



Fonte: NEDET Sudoeste Goiano, 2016.

A Conferência foi dividida em dois momentos principais: no primeiro, deu-se a abertura do evento, que contou com a acolhida das participantes, momento de beleza e bem estar, abertura da feira da agricultura familiar e exposição dos produtos artesanais das mulheres rurais. Em seguida, aconteceu a abertura do evento com debate entre as mulheres rurais presentes, momento no qual foram expostas as políticas públicas para as mulheres rurais, com a discussão sobre acesso e limites.

A segunda parte da Conferência partiu da formação de mesas redondas para as mulheres rurais com os temas: Cooperativismo e Associativismo para a Organização das mulheres; Violência contra a mulher no campo e na cidade e Agroindústria e bovinocultura para agricultura familiar. A formação dessas mesas possibilitou conversas e informações acerca dos temas acima.

O evento ainda buscou proporcionar a visualização das transformações do território pelas ações das políticas públicas e investimentos voltados para a mulher rural brasileira. Consideramos o evento de grande importância para a revitalização da representatividade feminina no colegiado territorial, bem como para o reforço das conquistas e direitos sociais das mulheres rurais. O evento, além da socialização e integração da mulher rural, serviu de base para algumas reflexões que irão nortear as ações do NEDET do Território Rural do Sudoeste Goiano para a continuidade do projeto e para o desenvolvimento territorial da agricultura familiar.

Com relação aos jovens, foi criado o Comitê Temático dos Jovens. Esse espaço de discussões tem como objetivo integrar a juventude do Território Rural do Sudoeste Goiano à política do desenvolvimento territorial, apreendendo suas expectativas, necessidades e ideias.

Por meio desse Comitê, alguns jovens do Território puderam participar da Ciranda da Juventude no mês setembro de 2016 na cidade de Silvânia. No evento puderam conhecer políticas e ações destinadas apenas aos jovens do campo para, posteriormente, disseminar essas informações por meio das reuniões no Território e do “I Colóquio da Juventude do Território Rural do Sudoeste Goiano”, realizado no dia 12 de setembro de 2016.

No âmbito do Comitê Temático dos Jovens estão sendo implementadas algumas ações em busca de viabilizar na Universidade de Goiás a implantação de um curso de nível superior por meio da metodologia de alternância no Território. A ausência de cursos de capacitação e de oportunidades de trabalho são um dos principais problemas, segundo os jovens, para sua fixação no campo após completar a maioridade.

Percebemos que os desafios da organização social são de todos os atores sociais do território. Avançar nesta organização e consolidar a participação é a principal meta para a continuidade dos NEDETs no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se a abordagem territorial como importante perspectiva no desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Essa abordagem, por meio da criação dos Territórios Rurais e da Cidadania pela SDT, contribui para dar voz aos sujeitos do campo, aproximando as políticas públicas de suas necessidades.

São inúmeros os desafios que se apresentam ao NEDET do Sudoeste Goiano, pois, como visto, trata-se de municípios com características heterogêneas. Dentre eles, o que ressalta-se como o mais crítico está relacionado ao exercício da representação no colegiado do Território do Sudoeste Goiano. Há uma necessidade de atrair para as discussões não apenas representantes do poder público, mas os atores sociais desse espaço: os produtores familiares.

Para isso, uma das ações a serem destinadas ao Território articula-se com a motivação desses atores sociais, incentivando-os a participarem das discussões. Por outro lado, também se apresenta como fundamental a inserção da mulher e do jovem do campo nos espaços de discussões e decisões, legitimando-os, também, como atores sociais que produzem esse espaço.

A criação dos NEDETs ainda é uma ação recente, mas têm contribuído para a organização social dos Territórios, para a evolução e consolidação da abordagem territorial por meio da articulação dos atores sociais do campo, para a gestão social e produção de conhecimento a respeito dos diferentes Territórios e para a diminuição das desigualdades sociais econômicas existentes entre as diferentes regiões do País.

É necessário o contínuo reforço de ações que ressaltem as seguintes dimensões: 1) econômica – destacando as potencialidades produtivas do Território; 2) política – o contínuo incentivo da participação coletiva, local e de grupos específicos (mulheres e jovens, dentre outros) nos espaços de discussão e decisão; 3) cultural – ressaltando o simbólico que constitui a identidade dos sujeitos do território. Entende-se que cabe ao Estado ser o agente promotor dessas ações com alto impacto no desenvolvimento rural do País.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Palestra magna: política pública, participação social, desenvolvimento sustentável e territórios. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Articulação de políticas públicas e atores sociais**. IICA: Rio de Janeiro, 2008, p. 15-28.

_____. Pensando o futuro das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. In: FAVARETO, Arilson [et al]. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios/Série Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IICA, 2010, p. 197-217.

BONNAL, Philippe.; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. In: Biblio 3w (Barcelona), v. XVII, p. 1002, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1002.htm>>. Acessado em agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 4.854 de 8 de outubro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4854.htm>. Acesso em agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.338 de 14 de janeiro de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3338.htm>. Acesso em agosto de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 3.508 de 14 de junho de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm>. Acesso em agosto de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Matriz de Informação Social.** Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em outubro de 2016.

BRASIL. **Resolução nº 33 de 18 de agosto de 2003.** Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/33.%20Procedimentos%20Operacionais%20A%3%A7%3%B5es%20de%20Assist%3%Aancia%20Financeira%20a%20Projetos%20de%20Infra%20e%20Servi%3%A7os%202003.%20\(formato%20pdf\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/33.%20Procedimentos%20Operacionais%20A%3%A7%3%B5es%20de%20Assist%3%Aancia%20Financeira%20a%20Projetos%20de%20Infra%20e%20Servi%3%A7os%202003.%20(formato%20pdf).pdf)>. Acesso em agosto de 2015.

DANTAS, Rafaela Maximiano; COSTA, Micheli Pereira. Territórios Rurais no Brasil e suas estratégias de desenvolvimento. In: **I Simpósio Mineiro de Geografia: das diversidades à articulação geográfica**, 2014, Universidade Federal de Alfenas: Alfenas – Minas Gerais. Anais: Geografia Agrária, Afenas, 2014, p. 828-837. Disponível em: <http://www.unifalmg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Rafaela%20Maximiano%20Dantas_o.pdf>. Acessado em: maio de 2016.

ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos território da cidadania. In: FAVARETO, Arilson [et al]. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios/Série Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: IICA, 2010, p. 81-114.

FLORISBELO, Glauco R. **Estudo propositivo da base econômica territorial: Território Médio Rio Doce.** MDA/SDT, Viçosa-MG, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Banco de Dados Agregados.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>>. Acesso outubro de 2016.

IPEADATA. Base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2016.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condrap; Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em: <http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf>. Acesso em maio de 2016.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Documento Institucional nº 2. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf>. Acessado em: maio de 2016.

NEDET. Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Sudoeste Goiano. Acervos fotográficos das ações. Anos 2015, 2016.

ORTEGA, Antônio César; JESUS, Clésio Marcelino de. Desenvolvimento Rural em Minas Gerais: caracterização socioeconômica dos territórios mineiros induzidos por políticas públicas na última década. In: ORTEGA, Antônio César; ESTRADA, Eduardo Moyano (Orgs). **Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas: Ed. Alínea, 2015, p. 277-307.

ORTEGA, Antônio César. Políticas Públicas Territórios Rurais no Brasil. In: ORTEGA, Antônio César; ESTRADA, Eduardo Moyano (Orgs). **Desenvolvimento em Territórios Rurais: Estudos comparados de Brasil e Espanha**. Campinas: Ed. Alínea, 2015, p. 27-52.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em outubro de 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Moruzzi (orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial – **Portal do NEDETS**. 2016. Disponível em: <<http://portaldosnedets.info/site/investimento-proinf/>>. Acesso em setembro de 2016.

SDT. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial** – Sistema de Gestão Estratégica (SGE). Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em agosto de 2015.

Divina Aparecida Leonel Lunas. Doutora em Desenvolvimento Econômico/Unicamp – Professora do Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - Universidade Estadual de Goiás - Bolsista BIP (Bolsa de Incentivo à Pesquisa). Atualmente é coordenadora do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Sudoeste Goiano. divalunas@gmail.com

Hamilton Matos Cardoso Júnior. Mestre em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado – Universidade Estadual de Goiás; Graduado em Geografia/UEG. Atuou como Bolsista Capes e assessor Territorial de Gestão Social no Território Rural do Sudoeste Goiano. Atualmente é técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Mato Grosso (IFMT). hjuniorgo@hotmail.com

Camila Vito Silva de Lima. Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG); Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Goiás. Atualmente é servidora da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. camilavito@yahoo.com.br

Submetido em: 02/11/2016

Aprovado em: 08/08/2017

* Projeto de Pesquisa financiado pelo MDA e CNPq por meio do Projeto com o título “Implantação e manutenção do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial em Goiás – Território Rural do Sudoeste Goiano” possuindo como instituição proponente e executora da Universidade Estadual de Goiás com parceria do Instituto Federal Goiano.